

Resenha

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** Tradução de Nícia Adan Bonatti. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, 149p.

Soube do lançamento do presente livro de Jacques Le Goff no XI Encontro Nacional da Associação de Pós – Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), mais especificamente no âmbito do Grupo de Trabalho “Globalização e Regionalização” quando, ao apresentar uma periodização sobre as políticas de transferência de renda, objeto de nossa tese em andamento, o escrito de Le Goff foi sugerido no debate como forma de melhor compreender a periodização como recurso de método na geografia.

A obra constitui uma problematização, muito bem fundamentada no vasto conhecimento que o autor acumulou sobre a Idade Média, sobre a noção de período histórico. Como delimitar um período? O que são continuidades e descontinuidades no processo histórico? Como identificar uma ruptura histórica? A transição de um período a outro é, já ela mesma, um novo período? Estas, talvez, estejam entre as perguntas centraistensionadas no livro tendo como referência a civilização ocidental.

A tese central da obra é que, considerando um período histórico como sendo um recorte habitualmente longo e não homogêneo, é possível observar que “[...] há coexistência e por vezes afrontamentos entre uma longa Idade Média, que transborda para o século XVI, e um renascimento precoce, que se afirma a partir do início do século XV” (p. 94). Para o autor, o período comumente tratado como Renascimento, a partir do século XV, prolonga, ao invés de romper, a Idade Média, sendo mais coerente estender a período medieval até o século XVIII.

O livro é organizado em oito capítulos, além do preâmbulo, onde o autor situa os leitores sobre as motivações que o levaram a escrever a obra. Em seu prelúdio, Le Goff já introduz algumas definições que acompanharão seus argumentos sobre a Idade Média. Iniciando com uma reflexão sobre o tempo, ele nos mostra que a ideia de período como intervalo de tempo é muito recente, data da Idade Média, e mais recente ainda é o termo “periodização” produzido somente no século XX. Ao considerar “[...] a dificuldade de estabelecer e justificar o início de um período” (p. 13), o autor já esclarece que “periodizar a história é um ato complexo, carregado ao

mesmo tempo de subjetividade e de esforço para produzir um resultado aceitável para o maior número de pessoas” (p. 14).

Talvez possamos considerar que, entre os oito capítulos, o primeiro e o último adotam mais uma perspectiva metodológica, enquanto que os demais fundamentam as concepções de método do autor a partir da análise de várias situações dos períodos comumente chamados de Idade Média e Renascimento.

Em “Antigas periodizações”, primeiro capítulo, Jacques Le Goff apresenta a periodização proposta por Daniel, no Antigo Testamento, e a de Santo Agostinho como sendo os modelos de periodização mais antigos tomando como referência a civilização ocidental. A proposta de Santo Agostinho, dividindo a história em seis períodos inspirados nas fases da vida, torna-se importante para a Idade Média, uma vez que no período medieval predomina a concepção de uma sociedade envelhecida, comparada ao último período de uma vida humana. Outra proposta de notável influência foi a realizada por Denis no século VI da era cristã: trata-se do corte entre antes e depois da Encarnação de Jesus Cristo, desde então marco fundamental na história do Ocidente. O capítulo constata que “[...] a Idade Média também viu nascer uma nova reflexão sobre o tempo, que tomou forma no século XIV” (p. 23).

O segundo capítulo, sob o título “Aparecimento tardio da Idade Média”, mostra como a ideia de Idade Média surgiu na Europa e a conotação que tal ideia adquiriu. Expressão utilizada por alguns poetas e escritores dos séculos XIV e XV, “Idade Média” ganhou uma conotação pejorativa, uma imagem negra de uma época da qual seria preciso sair para que houvesse avanço nas artes, na economia, no saber etc. Contudo, no século XIX, por exemplo, com a publicação de *Notre-Dame de Paris*, de Victor Hugo, o período medieval perde parte dessa carga negativa, despertando o interesse de vários autores para estudá-lo. A partir dessa situação, o autor argumenta que “a periodização da história jamais é um ato neutro ou inocente: a evolução da imagem da Idade Média na época moderna e contemporânea comprova isso” (p. 29).

Sublinhamos como ensinamento desses capítulos o fato de que uma periodização contém forte conteúdo político, expresso na visão que cada duração delimitada em nossas pesquisas pode ou não transmitir. Na realidade, a formação de uma visão sobre o passado implica em determinadas posições não só em relação ao presente, mas também ao futuro.

O capítulo sobre “História, ensino, períodos” revela a importância de dois processos no surgimento da necessidade de periodizar a história: a constituição da história como saber particular e, em seguida, em matéria de ensino. Este último processo só ocorreu no final do século XVIII e início do XIX, e para comprovar isto o autor apresenta um breve histórico da difusão do ensino de história em alguns países da Europa.

No capítulo quatro (“Nascimento do Renascimento”) constata-se que “[...] o termo “Renascimento” e a definição de um grande período da história colocado sob essa denominação, seguindo-se à Idade Média e opondo-se a ela, só datam do século XIX. Devemos isso a Jules Michelet (1798-1874)” (p. 45). A percepção negativa da Idade Média expressa em certo momento da vida de Jules Michelet, segundo a opinião de Le Goff, vai ter grande repercussão entre o público europeu em função de alguns cursos que ele ministrou nos anos 1840 no Collège de France. Le Goff também apresenta a concepção de Renascimento de Jacob Burckhardt, e, ao resenhar sua obra “A cultura do Renascimento na Itália”, revela que, embora Burckhardt defenda a existência do período renascentista, seus argumentos mostram que tal período tem muitas linhas de continuidades em relação à Idade Média.

No capítulo sobre o “Renascimento Atualmente”, o autor seleciona os teóricos que considera mais importantes sobre o Renascimento que escreveram no século XX e XXI, e resenha suas principais obras. O capítulo vai mostrando, passo a passo, quais são os argumentos defendidos por esses autores para justificar uma ruptura com a Idade Média entre os séculos XV e XVIII. No limite, Le Goff faz um exercício metódico que, implicitamente, nos levar a perguntar sobre as continuidades e descontinuidades do processo histórico, concluindo que “[...] o Renascimento não representa [...] um período particular: ele constitui o último renascimento de uma longa Idade Média” (p. 72). Quando o autor aconselha que “[...] a periodização deve ser empregada com mais flexibilidade do que tem sido desde que começamos a ‘periodizar a história’” (p. 73), no fim desse quinto capítulo, podemos reter um segundo ensinamento para as periodizações do espaço que tem a ver com a consideração das sobreposições, isto é, das variáveis que se estendem de um período a outro, ou, ainda, com a continuidade de variáveis que impedem a passagem para um novo período. No limite, tratar-se-ia de perguntar: “[...] o que é mais importante, aquilo que morre ou aquilo que continua?” (p. 110).

Esse debate continua no capítulo seis, “A Idade Média se torna ‘os tempos obscuros’”. O autor diz que a conotação negativa da Idade Média foi perpetuada por certos eruditos do século XVIII, que chegaram até a classificar o período como época das trevas (*Dark Ages*). A partir daí, Le

Goff se ocupa em identificar diversas linhas de continuidade entre o pensamento dito medieval e renascentista no campo da cultura, da filosofia, da religião etc. Através de vários exemplos, o autor propõe uma reflexão sobre a própria ideia de “[...] períodos de transição, dos pontos de viragem” (p. 94).

No penúltimo capítulo o autor defende, finalmente, a existência de “Uma Longa Idade Média”. Sintetizando, o autor explica que os partidários do Renascimento como período específico situado nos séculos XV e XVI consideram os seguintes eventos como decisivos: descoberta da América por Cristóvão Colombo, no ano de 1492; divisão do cristianismo pela reforma da igreja; reforço da monarquia absoluta; evolução dos letrados para a libertinagem intelectual; a chegada de metais preciosos que vai possibilitar o surgimento do capitalismo e a fundação do Banco de Amsterdã em 1609. Por outro lado, Le Goff considera que o final da Idade Média só chega em meados do século XVIII, com os seguintes eventos e processos: progressos na economia rural; invenção da máquina a vapor; nascimento da indústria moderna; produção da *Enciclopédia* e o movimento Antimonarquista.

No último capítulo, “Periodização e mundialização”, o autor traz algumas conclusões e reafirma algumas posições de método importantes: comenta ser a periodização uma ferramenta central para o historiador (e nós acrescentaríamos, para os geógrafos); fala da necessidade de identificar as continuidades e discontinuidades e ressalta a necessidade de uma compreensão bem fundamentada sobre o tempo no exercício de periodização. Já nas páginas finais, diz que “[...] a periodização só pode ser aplicada a campos de civilização limitados, sendo que a mundialização consiste em encontrar em seguida as relações entre esses conjuntos” (p. 133). Poderíamos refletir com base nessa afirmação sobre a difícil relação, cara à geografia, entre escala e periodização. Há eventos e, por extensão, períodos mundiais? Como, em uma periodização, recortar sem perder de vista as conexões ou simultaneidade dos eventos? Como localizar e hierarquizar os eventos segundo sua escala de origem e de atuação? São questões para as quais Jacques Le Goff fornece muitos elementos para refletir.

O autor dirige suas advertências principalmente aos historiadores. Apesar disto, um comentário importante tem a ver com a centralidade que a temática do tempo, e por consequência, da periodização, vem adquirindo na geografia a partir da internalização de perspectivas filosóficas sobre o espaço-tempo. Na trajetória da disciplina, de alguma forma ora a geografia se mostra mais permeável a concepções de tempo e de espaço elaboradas fora da disciplina, ora com

certo atraso em relação a perspectivas mais atuais, negligenciando obras importantes produzidas na filosofia, história, sociologia etc.

Assim, aconselharíamos a leitura dessa obra, além da consideração detalhada de muitas de suas proposições em nossas pesquisas, do ponto de vista do método. De certa forma, a hierarquização dos eventos e a demarcação de períodos estão intrinsecamente ligadas ao sistema de conceitos utilizados em cada ciência. Neste sentido, diríamos que alguns acontecimentos têm maior força socioespacial que outros, influenciando, desse modo, nossa periodização.

Por fim, parece que o peso de alguns eventos foi minimizado no livro, como a descoberta da América por Cristóvão Colombo em 1492, tomada por vários autores como um dos marcos principais para a formação do sistema-mundo moderno. A partir do alerta do próprio Jacques Le Goff no primeiro capítulo, sobre o cuidado para não impor a periodização ocidental às outras civilizações, parece-nos fundamental olhar com certa cautela a hierarquia dos acontecimentos que o autor estabelece ao longo do texto para não minimizar a origem da história socioespacial dos países pobres.

Fernando Antonio da Silva

Doutorando em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

email: fernandosilva@ige.unicamp.br